

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Silêncio na sala

Muitos parlamentares do PL receberam ligações de suas bases eleitorais, preocupadas com os efeitos do vazamento da conversa entre Flávio e Vorcaro. Muitos deles, aliás, deixaram suas antigas legendas e ingressaram na legenda para concorrer a cargos — como governadores — e garantir palanque para o pré-candidato do partido. Agora, estão preocupados com o próprio futuro.

Dê um tempo

O comando do PL pediu aos seus filiados que aguardem um pouco antes de se deixar levar pelo desespero. Afinal, a campanha nem começou e é preciso aguardar todas as explicações de Flávio. O problema, porém, é que os integrantes do partido acreditam que a situação tende a piorar.

As coisas boas...

... a gente fatura. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiu enxugar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da 6 x 1. O texto tratará apenas das reduções da escala, para 5 x 2, e da jornada, de 44 horas semanais para 40 horas. Assim, todos os louros da redução serão comemorados numa promulgação da PEC no Congresso.

As coisas ruins...

... a gente empurra para o governo. Tudo que for difícil será tratado no projeto de lei que o governo mandou ao Parlamento. Essa proposta vai incluir, por exemplo, a discussão de compensação, quais setores que precisam de jornadas especiais e tempo de transição. O líder do PT, Pedro Uczai (SC), disse com todas as letras em entrevista à emissora Rede Vida que não apoiará a transição. Ou seja, o projeto do governo vai tratar de coisas que o partido do presidente da Câmara não apoia.

As chances dos outros

Nova York — Os diálogos que indicam que o senador Flávio Bolsonaro (RJ), pré-candidato do PL à Presidência da República, cobrava dinheiro de Daniel Vorcaro, quando o então banqueiro dono do Banco Master já estava em rota de desgaste, assustaram os barões da Faria Lima, centro financeiro de São Paulo. Em Nova York, onde muitos participam da série de eventos da Brazilian Week, vários deixaram claro que o receio de ver o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro queimado no processo eleitoral leva o grupo dos financistas a voltar as atenções especialmente para o ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD) — considerado o mais equilibrado dos pré-candidatos da direita. Caiado tem muitos apoios no agronegócio e deixou o governo com aprovação acima de 70%. Além disso, a última pesquisa Genial/ Quaest mostrou que, em Goiás, 76% daqueles que conhecem Caiado votam nele. Esse mesmo índice em relação a Romeu Zema (Novo) ficou em 38%, em Minas Gerais. Há uma avenida aberta para que Caiado consolide apoios entre os representantes do mercado financeiro.



Veja bem/ Até aqui, Flávio disse que não prometeu nada a Vorcaro em troca. Porém, até os mais fiéis aliados do filho 01 de Bolsonaro consideram essa justificativa insuficiente para

reverter o estrago. O pré-candidato do PL terá que dar novas explicações sobre o financiamento do BRB, a juros camaradas, para comprar a mansão em Brasília e o restante de seu patrimônio.

CURTIDAS

Graças a elas/ Cientistas políticos avaliam que recuperação da imagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente entre as mulheres, se deve ao Desenrola 2.0. A justificativa é que elas têm sofrido mais pelo aumento do custo de vida.

É cedo para comemorar/ Os especialistas, entretanto, advertem: “Se a inflação de alimentos continuar pressionando o orçamento doméstico, parte desse ganho pode ser rapidamente neutralizado”, comentou Murilo Medeiros, cientista político da Universidade de Brasília (UnB).

Isonomia/ A isenção da taxa das blusinhas por Lula pegou a oposição de surpresa. Mas eles já têm uma estratégia para tentar dar um nó no governo: exigir que o mesmo benefício seja dado a produtos nacionais equivalentes a US\$ 50 (R\$ 250,00), em especial, aqueles que não precisam de frete. Ressaltam que se isentou o internacional, tem que isentar “os de casa”.

Point da vez/ A sede do QG da campanha de Flávio Bolsonaro fica em frente à casa (foto) do senador Ciro Nogueira (PP-PI). Agora, depois do vazamento das mensagens, parlamentares comentam que o endereço “compartilhado” parece ser o lugar do momento em Brasília.

Ed Alves/CB/D.A Press



CONGRESSO

Presidente da Câmara e governistas se acertam para PEC avançar. Planalto remeterá PL detalhando regras e particularidades

Caminho livre para fim da 6 x 1

» ALICIA BERNARDES
» DANANDRA ROCHA
» FERNANDA STRICKLAND

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), fechou acordo, ontem, com a base do governo para avançar na votação das propostas que tratam do fim da escala 6 x 1. A articulação prevê que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) seja analisada primeiro no Plenário da Câmara, ainda neste mês, enquanto um projeto de lei (PL) do Palácio do Planalto regulamentará as regras de transição e as especificidades de cada setor profissional.

A PEC está, atualmente, em debate em uma comissão especial da Câmara e deverá chegar ao Plenário até o fim de maio. O texto é relatado pelo deputado Leo Prates (Republicanos-BA) e

estabelece diretrizes gerais para a redução da jornada de trabalho, incluindo limite de 40 horas semanais e dois dias de descanso remunerado. A proposta também amplia o espaço para negociações coletivas entre empregadores e trabalhadores.

A expectativa do governo e da cúpula da Câmara é de que o projeto de lei complemente a PEC ao detalhar a implementação das mudanças em diferentes categorias profissionais. O texto deve tratar, por exemplo, de modelos alternativos de jornada, como a escala 4 x 3, além de disciplinar regras de adaptação para empresas e trabalhadores.

Motta reuniu-se ontem de manhã com os ministros José Guimarães (Secretaria de Relações Institucionais) e Luiz Marinho (Trabalho e Emprego), além do relator Leo Prates e do presidente da comissão especial, Alencar Santana

(PT-SP). O encontro consolidou o entendimento de que a PEC terá prioridade na tramitação antes do debate do projeto de regulamentação.

O líder da oposição na Câmara, deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB), afirmou que a bancada não pretende apoiar integralmente o texto do governo, mas reconheceu avanços nas negociações conduzidas pelo relator da matéria. “A gente está debatendo com o relator, ele está bem propício a aceitar algumas propostas em relação à transição”, afirmou.

Segundo o parlamentar, a ideia é construir “um texto responsável” que não prejudique trabalhadores nem setor produtivo. O deputado afirmou que o debate sobre a transição gira em torno de um período entre seis e dez anos, embora ajustes ainda possam ocorrer.

O governo federal defende que

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Para Boulos, criar transição para o fim da escala 6 x 1 é uma maneira de postergar a aplicação da nova regra

a transição para o novo modelo ocorra sem compensações fiscais ou financeiras às empresas. Na terça-feira, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, criticou propostas de contrapartidas patronais para a redução da jornada e afirmou que a mudança deve ocorrer de forma imediata.

Nos bastidores da Câmara, parlamentares avaliam que parte do

setor produtivo deve pressionar por alternativas de flexibilização das escalas de trabalho, como modelos de 12 horas por 36 de descanso. Apesar disso, líderes governistas apostam em um acordo político para garantir a aprovação da PEC ainda no primeiro semestre e deixar a regulamentação detalhada para discussão posterior no projeto de lei do Executivo.

Em debate na comissão especial da PEC, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, defendeu votação rápida do projeto e rejeitou qualquer regra de transição no regime de trabalho. Isso porque, segundo ele, medidas favoráveis ao setor empresarial costumam entrar em vigor imediatamente. “Isso é uma forma de postergar”, criticou.

Luiz Silveira/STF



Segundo a Anamages, Moraes recebeu do MP R\$ 1 milhão retroativamente

JUDICIÁRIO

Entidade expõe penduricalhos de ministros

A Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages) apresentou uma petição em que diz que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de restringir os penduricalhos apresenta “omissões” e “contradições” ao não especificar o alcance da suspensão dos pagamentos de valores retroativos. Para expor as tais contradições, incluiu no pedido uma lista com os valores retroativos recebidos por oito ministros da Corte dos órgãos em que trabalhavam antes

de ascenderem à mais alta instância do Judiciário.

“Vê-se, pois, que tais situações evidenciam que o próprio sistema jurídico reconhece a legitimidade do pagamento integral de verbas pretéritas aos ministros do STF, inclusive com a superação do teto em razão de sua natureza”, argumenta a Anamages, que complementa:

“Nesse contexto, a ausência de enfrentamento dessas questões gera tratamento desigual

injustificado entre magistrados de grau inferior e os membros do STF, em afronta direta à tese de repercussão geral fixada no próprio acórdão, que reafirma a simetria entre os ministros do STF e os demais magistrados”.

O documento foi apresentado ao ministro Alexandre de Moraes, que, segundo a lista da Anamages, recebeu R\$ 1 milhão líquido do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), onde foi promotor de 1991 a 2002. A entidade também

lista vantagens recebidas pelos ministros Gilmar Mendes, Luiz Fux, Nunes Marques, André Mendonça e Flávio Dino — além dos apontados Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski.

A Anamages pede que Moraes esclareça o alcance da suspensão, explicando o tratamento aplicável aos valores retroativos já reconhecidos, e que detalhe os critérios de pagamento para que o montante devido aos magistrados não deixe de ser corrigido com juros.